

CNPJ 20.920.575/0001-30

PRAÇA TONICO RABELO, 164 - FONE: (37) 3323-1285 CEP 35582-000 - PAINS - MG.

# PROJETO DE LEI Nº 107/2005

"Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação do Município de Pains criado pela Lei nº 836/98"

A Câmara Municipal de Pains aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º O Art. 1º e seguintes da Lei 836 de 22 de dezembro de 1998 passam a vigorar com a seguinte redação determinada por esta Lei:
- Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Educação, o qual terá por objetivo estimular e propor a formulação de políticas para educação municipal, de acordo com os princípios inscritos na Constituição Federal, da Constituição do Estado da Lei Orgânica Municipal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da legislação Municipal em vigor.

Parágrafo único – O Conselho Municipal de Educação, terá caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e controlador da destinação e aplicação dos recursos à educação.

- **Art. 2º**. O Conselho Municipal de Educação, órgão da Secretaria Municipal de Educação terá a organização prevista nesta Lei, de maneira democrática, participativa e em caráter de entidade pública, assegurada sua autonomia em relação ao Poder Executivo.
- Art. 3º. Ao Conselho Municipal de Educação compete, além de outras atribuições previstas por Lei:
  - I. Elaborar e alterar seu Regimento Interno;
  - II. Determinar normas e medidas para a organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;
  - III. Determinar medidas que julgar necessárias à melhor resolução dos problemas educacionais do Município:
  - IV. Propor medidas e modificações que objetivam a expansão e o aperfeiçoamento do ensino;
  - V. Estabelecer plano para aplicação dos recursos da Educação;
  - VI. Cobrar da Secretaria Municipal de Educação a publicação anual de estatística de ensino e dados complementares, que deverão ser utilizados na elaboração dos planos de aplicação dos recursos para o ano subseqüente;
  - VII. Emitir parecer sobre assunto de natureza pedagógica e educativa que lhe sejam submetidas pelo Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores;

APROVADO em 11 mAKO, discussão por Aste 1200 de 100 / 200 Sala das Sessões 19 / 09 / 200 S



CNPJ 20.920.575/0001-30

PRAÇA TONICO RABELO, 164 - FONE: (37) 3323-1285 CEP 35582-000 - PAINS - MG.

- VIII. Promover sindicâncias através de comissões especiais, em qualquer dos estabelecimentos de ensino sujeitos a sua jurisdição, sempre que julgar conveniente, adotando as medidas correcionais que entenderem necessárias;
  - IX Manter intercâmbio com Conselho Nacional, Conselho Estadual Educação e Conselhos afins;
  - X. Publicar anualmente relatórios de suas atividades;
  - XI. Acompanhar, avaliar e emitir parecer trimestralmente no plano de aplicação anual e plurianual dos recursos destinados à educação, proveniente de verbas federais, estaduais e municipais;
- XII. Eleger e destituir sua secretaria executiva e constituir comissões;
- XIII. Aprovar currículo para a Rede Municipal de Ensino;
- XIV. Pronunciar-se sobre programas suplementares de assistência ao educando;
- XV. Fiscalizar o cumprimento da legislação educacional aplicada no município;
- XVI. Emitir parecer sobre convênios ou contratos de cunho educacional, a serem celebrados pelo Poder Executivo;
- XVII. Avaliar, emitir parecer e acompanhar a aplicação dos recursos públicos na área da educação repassados às entidades conveniadas;
- XVIII. Integrar comissões designadas pelo chefe do Poder Executivo para estudo e problemas educacionais de qualquer gênero e grau;
- XIX. Autorizar o funcionamento, dos estabelecimentos de educação infantil da rede pública, particular, filantrópica e de ensino fundamental da rede Municipal;
- XX. Regularizar a vida escolar dos alunos dos estabelecimentos de ensino da rede municipal;
- XXI. Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério;
- XXII. Promover fóruns que tratem de políticas educacionais do Município:
- XXIII. Autorizar o funcionamento de projetos e experiências provenientes de recursos federal, estadual e municipal.
- **Art. 4º.** O Conselho Municipal de Educação será composto por doze membros, na seguinte conformidade:
- I-03 (três) Representantes do Poder Público indicados pelo Chefe do Executivo entre servidores municipais;
- II 04 (quatro) representantes dos trabalhadores em educação das escolas públicas municipais;

APROVADO em LICOLOCA discussão por Lite nides a 19109/200 5 Ass. Juluo Lavim du Louto



CNPJ 20.920.575/0001-30

PRAÇA TONICO RABELO, 164 - FONE: (37) 3323-1285 CEP 35582-000 - PAINS - MG.

- III 01 (um) representante de instituições filantrópicas ou comunitárias de Educação Infantil;
- IV 03 (três) representantes de pais de alunos das escolas municipais;
   V 01 (um) representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- § 1º. Os conselheiros representantes do Poder Público serão designados pelo Prefeito, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito das Secretarias Municipais.
- § 2º. Os representantes de entidades não-governamentais serão indicados pelas entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município.
- § 3º. A designação de membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.
- § 4º. A Diretoria do Conselho Municipal de Educação, será de livre escolha dos membros e os conselheiros representantes do Poder Público e da sociedade civil e respectivos suplentes exercerão mandato de dois anos, admitindo-se apenas uma única recondução.
- § 5º Os representantes das entidades e dos órgãos públicos só poderão ser substituídos, após o término do seu mandato, salvo a renúncia do mesmo.
- § 6º O membro do Conselho Municipal de Educação, que faltar injustificadamente a quatro reuniões consecutivas ou dez alternadas, perderá o mandato devendo o órgão, enviar novo representante ou conselheiro suplente para assumir a titularidade;
- § 7º Os conselheiros terão direito à estadia e transporte quando em viagem a trabalho do Município.
- **Art. 5º.** O Conselho Municipal de Educação reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente.
- § 1º Caberá ao Presidente a Convocação das reuniões.
- § 2º O Conselho Municipal de Educação deliberará com a presença de metade mais um de seus membros.
- § 3º Sempre que os interesses da educação exigirem poderá o Conselho Municipal de Educação reunir-se em sessão extraordinária.
- Art. 6°. O Conselho Municipal de Educação como órgão normativo de deliberação coletiva, terá sua competência desdobrada e suas condições de funcionamento determinadas em Regimento Interno.

11/



CNPJ 20.920.575/0001-30

PRAÇA TONICO RABELO, 164 - FONE: (37) 3323-1285 CEP 35582-000 - PAINS - MG.

- Art. 7º. As decisões do Conselho Municipal de Educação deverão ser cumpridas pelos órgãos da administração pública municipal e da rede particular e filantrópica de educação infantil, sob pena de responsabilidade de seus dirigentes.
- Art. 8°. Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.
- Art. 9°. A Secretaria Municipal de Educação deverá colocar à disposição do Conselho Municipal de Educação, funcionários necessários para exercerem cargos de secretário executivo, assessoria técnica e pessoal de apoio.
- Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o artigo 2º e subsequentes da Lei 836/98.

Prefeitura Municipal de Pains, 05 de setembro de 2005.

Ronaldo Márcio Gonçalves Prefeito Municipal

Rosa Maria Mendonça Goulart Secretária Municipal de Educação e Cultural

APROVADO em <u>limica</u> discussão
por <u>Sala das Sessões 19/09/200 5</u>
Ass. <u>Pular Para la lexte</u>
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PAINS
PROTOCOLO Nº 44 / 2005
Data 05 / 09 / 05 hora 13:40
Recebido por 4000



CNPJ 20.920.575/0001-30

PRAÇA TONICO RABELO, 164 - FONE: (37) 3323-1285 CEP 35582-000 - PAINS - MG.

Pains, 05 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminho para apreciação de V.Exa. e dos nobres Vereadores, Projeto de Lei que "Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação do Município de Pains criado pela Lei nº 836/98".

O objetivo da presente lei é adequar a legislação municipal às alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De acordo com a nova sistemática os conselhos devem ser paritários, com representantes do Executivo e da Sociedade Civil.

Foi alterado o número de membros que compõem o Conselho, a sua forma de sua composição e suas competências, porém a previsão de mandato de 02 anos permanece e a não remuneração dos conselheiros.

A Lei 836/98 não foi inteiramente revogada em razão de ser lei de criação, e na verdade a lei atual não está criando, posto que legalmente o Conselho já existe apesar de não possuir a composição da forma que deve ser.

O Município, obrigatoriamente, deve ser ter seu Conselho de Educação em funcionamento, é exigência dos Governos Federal e Estadual, que se não estiverem em pleno funcionamento poderá ocorrer a suspensão de repasses de recursos para a educação.

Ante o exposto, solicitamos a aprovação de V.Exa. e de seus ilustres pares ao presente Projeto de Lei.

Por fim solicitamos a V. Exa. e a seus ilustres pares que, recebendo o projeto, o submeta a aprovação em regime de urgência.

Atenciosamente.

RONALDO MÁRCIO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Exmo Sr.

Vereador Pedro Paim da Costa

Presidente da Câmara Municipal

Pains - MG

# CÂMARA MUNICIPAL DE PAINS Comissão de Educação, Saúde e Assistência

Parecer	nº	/2005.
1 01 0001		 

Vem a esta comissão o Projeto de Lei nº 1.071/2005, que "Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação do Município de Pains criado pela Lei nº 836/98."

O projeto atende aos reclamos atuais da política educacional, mormente os princípios constitucionais e o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O Conselho tem cunho participativo e plural.

Destarte, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 09 de setembro de 2005.

Leonardo de Oliveira Lara - Presidente

Joel Isaltino da Silva - Relator

Márcio José do Couto - Membro

# CÂMARA MUNICIPAL DE PAINS Comissão de Legislação, Justiça e Redação

PARECER N° \_\_\_\_\_/2005

Da Comissão de Legislação, Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei nº 1.071/2005, que "Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação do Município de Pains criado pela Lei nº 836/98."

Relator: Robson Soares Cambraia.

# I – RELATÓRIO

A proposição institui o Conselho Municipal de Educação, disciplina suas atribuições, regulamenta sua constituição e funcionamento.

# II - ANÁLISE

Nos termos do Regimento interno da Câmara Municipal, compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Não há inconstitucionalidade a alegar.

A iniciativa da matéria é do executivo.

Não se vislumbra contrariedade ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal.

Lous Combi

# CÂMARA MUNICIPAL DE PAINS Comissão de Legislação, Justiça e Redação

As disposições atendem os princípios constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

# III - VOTO

Em face das razões expendidas, e, constatada a constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.071/2005.

Sala da Comissão, 09 de setembro de 2005.

Presidente Tânia Ribeiro Espino Villarreal

Relator - Robson Soares Cambraia

Membro - Márcio José do Couto



CNPJ 20.920.575/0001-30

PRAÇA TONICO RABELO, 164 - FONE: (37) 3323-1285 CEP 35582-000 - PAINS - MG.

# LEI N.º 979 / 2005

"Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação do Município de Pains criado pela Lei nº 836/98"

No see

A Câmara Municipal de Pains aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º O Art. 1º e seguintes da Lei 836 de 22 de dezembro de 1998 passam a vigorar com a seguinte redação determinada por esta Lei:
- Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Educação, o qual terá por objetivo estimular e propor a formulação de políticas para educação municipal, de acordo com os princípios inscritos na Constituição Federal, da Constituição do Estado da Lei Orgânica Municipal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da legislação Municipal em vigor.

Parágrafo único — O Conselho Municipal de Educação, terá caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e controlador da destinação e aplicação dos recursos à educação.

- Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação, órgão da Secretaria Municipal de Educação terá a organização prevista nesta Lei, de maneira democrática, participativa e em caráter de entidade pública, assegurada sua autonomia em relação ao Poder Executivo.
- **Art. 3º**. Ao Conselho Municipal de Educação compete, além de outras atribuições previstas por Lei:
  - I. Elaborar e alterar seu Regimento Interno;
  - II. Determinar normas e medidas para a organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;
  - III. Determinar medidas que julgar necessárias à melhor resolução dos problemas educacionais do Município;
  - IV. Propor medidas e modificações que objetivam a expansão e o aperfeiçoamento do ensino;
  - V. Estabelecer plano para aplicação dos recursos da Educação;
  - VI. Cobrar da Secretaria Municipal de Educação a publicação anual de estatística de ensino e dados complementares, que deverão ser utilizados na elaboração dos planos de aplicação dos recursos para o ano subsequente;
  - VII. Emitir parecer sobre assunto de natureza pedagógica e educativa que lhe sejam submetidas pelo Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores:



CNPJ 20.920.575/0001-30

PRAÇA TONICO RABELO, 164 - FONE: (37) 3323-1285
CEP 35582-000 - PAINS - MG.

- VIII. Promover sindicâncias através de comissões especiais, em qualquer dos estabelecimentos de ensino sujeitos a sua jurisdição, sempre que julgar conveniente, adotando as medidas correcionais que entenderem necessárias;
  - IX. Manter intercâmbio com Conselho Nacional, Conselho Estadual Educação e Conselhos afins:
  - X. Publicar anualmente relatórios de suas atividades;
  - XI. Acompanhar, avaliar e emitir parecer trimestralmente no plano de aplicação anual e plurianual dos recursos destinados à educação, proveniente de verbas federais, estaduais e municipais;
- XII. Eleger e destituir sua secretaria executiva e constituir comissões;
- XIII. Aprovar currículo para a Rede Municipal de Ensino;
- XIV. Pronunciar-se sobre programas suplementares de assistência ao educando:
- XV. Fiscalizar o cumprimento da legislação educacional aplicada no município;
- XVI. Emitir parecer sobre convênios ou contratos de cunho educacional, a serem celebrados pelo Poder Executivo;
- XVII. Avaliar, emitir parecer e acompanhar a aplicação dos recursos públicos na área da educação repassados às entidades conveniadas;
- XVIII. Integrar comissões designadas pelo chefe do Poder Executivo para estudo e problemas educacionais de qualquer gênero e grau;
  - XIX. Autorizar o funcionamento, dos estabelecimentos de educação infantil da rede pública, particular, filantrópica e de ensino fundamental da rede Municipal;
  - XX. Regularizar a vida escolar dos alunos dos estabelecimentos de ensino da rede municipal;
  - XXI. Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério;
- XXII. Promover fóruns que tratem de políticas educacionais do Município;
- XXIII. Autorizar o funcionamento de projetos e experiências provenientes de recursos federal, estadual e municipal.
- Art. 4°. O Conselho Municipal de Educação será composto por doze membros, na seguinte conformidade:
- I 03 (três) Representantes do Poder Público indicados pelo Chefe do Executivo entre servidores municipais;



CNPJ 20.920.575/0001-30

PRAÇA TONICO RABELO, 164 - FONE: (37) 3323-1285 CEP 35582-000 - PAINS - MG.

- II 04 (quatro) representantes dos trabalhadores em educação das escolas públicas municipais;
- III 01 (um) representante de instituições filantrópicas ou comunitárias de Educação Infantil;
- IV 03 (três) representantes de pais de alunos das escolas municipais;
- V 01 (um) representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- § 1º. Os conselheiros representantes do Poder Público serão designados pelo Prefeito, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito das Secretarias Municipais.
- § 2º. Os representantes de entidades não-governamentais serão indicados pelas entidades representativas da sociedade civil, com sede no Município.
- § 3º. A designação de membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.
- § 4º. A Diretoria do Conselho Municipal de Educação, será de livre escolha dos membros e os conselheiros representantes do Poder Público e da sociedade civil e respectivos suplentes exercerão mandato de dois anos, admitindo-se apenas uma única recondução.
- § 5º Os representantes das entidades e dos órgãos públicos só poderão ser substituídos, após o término do seu mandato, salvo a renúncia do mesmo.
- § 6º O membro do Conselho Municipal de Educação, que faltar injustificadamente a quatro reuniões consecutivas ou dez alternadas, perderá o mandato devendo o órgão, enviar novo representante ou conselheiro suplente para assumir a titularidade:
- § 7º Os conselheiros terão direito à estadia e transporte quando em viagem a trabalho do Município.
- Art. 5°. O Conselho Municipal de Educação reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente.
- § 1º Caberá ao Presidente a Convocação das reuniões.
- § 2º O Conselho Municipal de Educação deliberará com a presença de metade mais um de seus membros.
- § 3º Sempre que os interesses da educação exigirem poderá o Conselho Municipal de Educação reunir-se em sessão extraordinária.

11/1



CNPJ 20.920.575/0001-30

PRAÇA TONICO RABELO, 164 - FONE: (37) 3323-1285 CEP 35582-000 - PAINS - MG.

- Art. 6°. O Conselho Municipal de Educação como órgão normativo de deliberação coletiva, terá sua competência desdobrada e suas condições de funcionamento determinadas em Regimento Interno.
- Art. 7°. As decisões do Conselho Municipal de Educação deverão ser cumpridas pelos órgãos da administração pública municipal e da rede particular e filantrópica de educação infantil, sob pena de responsabilidade de seus dirigentes.
- Art. 8°. Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.
- Art. 9°. A Secretaria Municipal de Educação deverá colocar à disposição do Conselho Municipal de Educação, funcionários necessários para exercerem cargos de secretário executivo, assessoria técnica e pessoal de apoio.
- Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o artigo 2º e subsequentes da Lei 836/98.

Prefeitura Municipal de Pains, 20 de setembro de 2005.

Ronaldo Márcio Gonçalves
Prefeito Municipal

Rosa Maria Mendonça Goulart Secretária Municipal de Educação e Cultural